

**FORMALIDADE, REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM  
NAS ACADEMIAS BRASÍLICAS**

*Marcela Verônica da Silva* (UNESP/Assis)

*Carlos Eduardo Mendes de Moraes* (UNESP/Assis)

[mendesdemoraes@hotmail.com](mailto:mendesdemoraes@hotmail.com)

*Jarbas Vargas Nascimento* (PUC-SP)

[jvnf1@yahoo.com.br](mailto:jvnf1@yahoo.com.br)

**RESUMO**

*Os Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos* tratam dos deveres cabíveis aos membros e fornecem as bases para o entendimento de uma das agremiações mais bem organizadas do Brasil Colonial, no mesmo instante em que se tornam fundamentais para a compreensão da dimensão histórica, política e científica do século XVIII. Elaborado em linguagem rebuscada, e fundamentado na cientificidade, esse documento dá a dimensão dos aspectos a serem tratados por três olhares, que se complementam, a saber, a formalidade, a representação e a prática da linguagem retórica, conferindo-lhe perspectivas interdisciplinares promovidas pela literatura, pela filologia e pela linguística, respectivamente.

**Palavras-chave:** Academias Brasileiras. Formalidade. Representação. Linguagem.

**1. Introdução**

O chamado movimento academicista teve seu apogeu no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XIX. Efetivamente, o século XVIII é o período em que proliferaram associações com intensa atividade. Neste contexto, as academias se constituíam agremiações de eruditos, orientados por rígidos estatutos, com objetivos literários, históricos e culturais, no mesmo instante em que carregavam em sua produção as marcas da estética Barroca, marcada formalmente pela Retórica e pela linguagem de ornato, determinado, especialmente, pela escolha lexical.

Dentre as academias da época, selecionamos para discussão Academia Brasileira dos Renascidos (ABR), que se propunha a escrever a História da América Portuguesa, exigindo de seus acadêmicos cientificidade no processo de produção de documentos.

**2. Formalidade: os estatutos da academia brasileira dos acadêmicos renascidos e os primeiros sinais da ilustração**

A opção que fazemos no tratamento dos Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos se justifica pela importância formal de seus conteúdos e pela importância da formalidade, da representação e da linguagem que esse documento significou no contexto acadêmico do século XVIII.

Os Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos podem ser divididos em três momentos: o introdutório trata da formação da Academia e de seus objetivos; o das funções cabíveis à agremiação: a organização da História da América Portuguesa, escrita em língua latina, as memórias históricas, escritas em português, a eleição e o papel dos integrantes, a impressão das obras, os elogios fúnebres, as funções públicas, as conferências particulares, as férias, a escolha da padroeira e do protetor. A Adição aos Estatutos trata do pedido a Dom José de confirmação dos Estatutos, concede a José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo o título de diretor perpétuo da Academia, assume a tarefa de responder dúvidas em relação a qualquer matéria, além de estabelecer a frequência de prestação de contas dos estudos acadêmicos.

Se lidos a partir do ponto de vista da política que Sebastião José de Carvalho e Melo pretendia implementar, os Estatutos revelam expectativa de vir a ser a instituição oficial, nos moldes de sua antecessora, a Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE). Entretanto, em seus objetivos políticos, a agremiação viria a servir para facilitar os objetivos de imposição das reformas idealizadas, o que se conseguiria apenas após a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro, nos planos de Sebastião José. No Brasil, o obstáculo para a centralização do poder do ministro era os Jesuítas. Ao patrocinar a ABR, o ministro buscava, portanto, pôr em prática a extinção da Companhia de Jesus, Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534, expulsando seus membros do território brasileiro. Inocentes quanto às verdadeiras intenções do ministro, os acadêmicos Renascidos buscavam, por seu turno, patrocínio real, para subsidiar a manutenção da agremiação, como ocorrera com a ABE, sua antecessora.

Se os *Estatutos* forem lidos do ponto de vista da elite agrega-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

da em torno da ideia da criação de um grêmio literário, justifica-se a intenção de ascender a Senhora da Conceição à condição de padroeira e protetora, enquanto elegem para homenageado e protetor Dom José I - imediatamente *substituído* por Sebastião José, eleito o mecenaz da academia logo nas primeiras conferências. Neste desencontro de objetivos, mostram ousada proposta: ser presente melhor que a estátua equestre, colocada estrategicamente na Praça do Comércio, em Lisboa, para o rei Dom José. Segundo o documento, as estátuas eram simulacro da vaidade, enquanto a academia poderia imortalizar os feitos do rei na composição de sua História.

O momento de criação da ABR coincide com a reconstrução de Lisboa, em decorrência do terremoto de 1755. Ao convidar um grande número de pessoas dotas e egrégias, a intenção do ministro era proporcionar às práticas acadêmicas um amplo campo de discussão, baseado em pontos de vista distintos, uma vez que os integrantes executavam diferentes funções no espaço social da época. Assim, para esclarecer o direcionamento iluminista, cabe contrastar suas características em relação à ABE, que lhe havia antecedido.

As duas academias tinham a mesma proposta de trabalho: escrever uma História da América Portuguesa que englobasse diferentes aspectos. No entanto, cada uma delas recorreu a um método diferente na execução das tarefas. No caso da ABE, a temática era descompromissada de comprovação documental, pois partia da erudição dos mestres e utilizava a retórica circunstancial como meio eficaz de expressão, explorando seus critérios de persuasão, para ornar seus argumentos, nem sempre consistentes. Já no caso da ABR, o ponto de partida para a composição das monografias e dissertações eram documentos e fontes coletadas e a persuasão era feita com base comprobatória e rigor na expressão retórica. Merece destaque a diferença entre a organização documental da ABR em relação à organização da ABE, a qual não possuía estatutos. Registrou-se a inauguração da ABE apenas por uma ata, na qual eram mencionados os nomes dos acadêmicos convidados para compor a direção da agremiação e a matéria dos estudos, com predomínio da poesia lírica e heroica e manifestações em prosa, baseadas na retórica aristotélica para a sua execução.

Outra característica que merece consideração é a mudança de

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

foco e de divisão dos trabalhos entre os acadêmicos de ambas as academias. Na ABE, a distribuição dos trabalhos era feita por assuntos que correspondiam aos cargos extra-acadêmicos dos quatro integrantes mestres de história, enquanto na ABR essa preocupação delineava a própria existência da instituição, como resultado da ação do ministro Sebastião José em relação à elite letrada da América Portuguesa, obedecendo aos critérios geográficos de divisão, distribuída entre os sócios correspondentes:

... se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias d'este continente: porem antes que se lhes encarregue a dita Historia, que deve compor-se em latim. (*Estatutos da Academia Brazilica dos Academicos Renascidos*, §1).

As sessões acadêmicas eram presididas por um diretor, cuja função estava colocada em forma de subitem nos Estatutos. Com a nomeação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo para o cargo perpétuo, a ação acadêmica prevaleceu sobre a política, sua “real” missão. A expulsão dos jesuítas da Colônia foi momentaneamente prejudicada, culminando com a prisão de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, por traição às determinações de Sebastião José de Carvalho e Melo, conforme argumenta Lamego (1929).

Os homens que compunham o corpo acadêmico eram divididos em duas categorias: os acadêmicos do número ou numerários e os acadêmicos supranumerários ou sócios correspondentes. A quantidade de sócios na primeira categoria, segundo os Estatutos, não poderia exceder os quarenta, enquanto para a segunda categoria não havia limitação e admitia-se, ainda, a possibilidade de residirem em outras capitânicas e até mesmo na Europa. Entretanto, todos deveriam prestar conta dos estudos, por meio de uma espécie de relatório, que deveria conter as atividades realizadas, tais como a pesquisa histórica e o processo de elaboração de documentos escritos em andamento.

Sobre a censura, na ABR, é possível afirmar que ela se deu de forma diferente da existente na ABE. Se antes ela era direcionada para os interesses da Igreja, a partir das perspectivas iluministas que se pretendia implementar, ela passou a ser direcionada para os interesses do Estado. Um dos reflexos desta importante mudança seria con-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

firmado pela criação da Real Mesa Censória, em substituição a uma censura menos política mais eclesiástica. A censura interna da ABR proíbe os acadêmicos de imprimir as obras antes de serem aprovadas pelos seus pares. As obras eram rigorosamente lidas e analisadas por dois censores, que deveriam apresentar parecer ou “aprovação” por escrito, além do despacho final, de acordo com o que a mesa censória decidisse. Segundo Lima (1980, p. 237), segue o fragmento final da “Aprovação” concedida ao acadêmico supranumerário Fr. Antônio de Sampaio:

E não achando nesta corrente outra coisa, que censurar, a julgo digna da licença que pede seu auto, para que se imprima para sempre nos Anais da Fama. Este é o meu parecer, que não obstante, mandara Vossa Senhoria o que for servido. (Convento de São Francisco da Bahia. 5 de Agosto de 1759).

Os acadêmicos numerários deveriam estar presentes nas sessões acadêmicas e os segundos poderiam residir fora da Capitania e até mesmo em outro país. Além destes grupos de acadêmicos, a Academia era composta também por diretor, censores, secretário e vice-secretário. Todas estas funções, menos a de secretário, eram de duração anual.

Assim, pode-se afirmar que os Estatutos são importante peça de reconstrução e de debate sobre as questões cruciais, que afetavam o momento político e cultural da América Portuguesa. A criação do grêmio, para os brasileiros, era a abertura de espaço cultural de uma elite letrada. Segundo as perspectivas de Sebastião José de Carvalho e Melo, dois eram os motivos para a criação das academias no Brasil: de uma parte, a estratégica tentativa de ter a seu lado a elite brasileira, na fundação de um grêmio, cuja tarefa culminaria na expulsão dos jesuítas do Brasil e, de outra parte, a deportação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, por sua desastrosa ação na revolta dos produtores de vinho do Porto.

Isto posto, verifica-se uma coerência interna do documento, no sentido de que ele visa a promover o controle das ações da Academia, evitando que, por meio dela, os intentos políticos não fugissem ao controle da Corte, que objetivava menos a expansão cultural e mais a vigilância da Colônia, a distância.

### **3. Representação: o perfil do letrado das academias brasileiras**

Este ponto diz respeito à constituição das Academias Brasileiras tanto dos Esquecidos, de 1724, como dos Renascidos, de 1759, levando-se em consideração o tipo de letrado que foi integrado a essas associações histórico-literárias. O termo representação refere-se aqui ao envolvimento do acadêmico com sua agremiação. Ora, se o letrado exerce os seus trabalhos acadêmicos por ocupação ou por ócio, é questão que envolve a (re)constituição de um universo, que contempla aspectos inerentes à composição de cada grêmio, assim como o exercício de atividades concomitantes por parte desses homens: a ocupação principal, que se relaciona com o seu ofício e que lhe atribui o *status* de letrado, por um lado, e a sua participação nas Academias, por outro.

O letrado na América Portuguesa era o homem cuja ocupação principal acontecia nos campos da administração, do clero, do ensino, da justiça, da vida militar, dos cartórios, todas instituições controladas a distância pela coroa portuguesa. Esta condição de representante, enviado ou natural da terra, enfim, de porta-voz da metrópole, serviram como critério para a escolha e para a atuação em cada uma dos grêmios histórico-literários, veículos de difusão ou de concentração das notícias históricas da nação lusitana, mesmo sob a aparente denominação de cultoras do *ócio*. Entretanto, para entender esse ócio, exercido na periodicidade dos encontros acadêmicos e por estar ele desvinculado do exercício direto do ofício principal do letrado, não são consideradas as atividades preparatórias que requerem um empenho adicional desse acadêmico fora das conferências. Esse trabalho preparatório concorria com seu compromisso “profissional” na terra, exercendo, assim, carga duplicada, pela pesquisa / preparação das atividades acadêmicas e pela própria apresentação ou representação, no momento de cada conferência.

A vida na Academia implicava a busca dos dados, a preparação dos poemas, dos discursos, das dissertações, além da presença nas conferências, cuja duração, pode-se imaginar, não era de poucas horas, a cada quinzena. Isso significa dizer que o ócio do acadêmico era, na verdade, outra atividade, além do seu próprio ofício, que não se registrava nos papéis dessas associações. Exigia-se do acadêmico dedicação e empenho na perseguição dos objetivos estabelecidos pe-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

lo tema de cada conferência para serem discutidos na conferência seguinte. Assim, os critérios para a escolha do participante, que deveria expor periodicamente os resultados de seu trabalho em conferência, baseavam-se na capacidade de conhecimento teórico do indivíduo e na capacidade de fazer cumprir os compromissos decorrentes do exercício de seu ofício, como bom “oficial”, o qual, presume-se, deveria constituir um bom acadêmico.

Entretanto, o trabalho do homem público não foi a única forma de ascender à academia. Podia ocorrer, também, o ingresso por influência da sua origem. Nesse caso, encontramos informações que remetem à categoria retórica do louvor à estirpe e marcam o documento histórico com a marca da posição privilegiada da qual determinado acadêmico desfrutou, possivelmente, na nobiliarquia lusitana.

Na produção dos textos, o louvor figurava como elemento essencial para estes estudos universitários / cortesãos, nos quais a história não poderia ser manifestada pura e simplesmente como relato objetivo de fatos concernentes aos temas dados para cada pesquisador. Este louvor, quando dirigido ao próprio acadêmico, deveria ser cercado de certos cuidados, como figurar na forma de modéstia expressa nos discursos, vir consentido pela autoridade da conferência ou, ainda, expresso ou endossado pelos sócios da agremiação. Assim, a prática dos “bastidores” se estendia ao documento, na forma de lugar-comum que passa a figurar em todo discurso acadêmico.

Em terceiro lugar, a produção bibliográfica de cada acadêmico determinou sua atuação, cujo *Curriculum Vitae* falasse por si, justificando o exercício de sua atividade no campo das belas letras, pela produção que apresentava no referido meio, constituindo, por conseguinte, a categoria que estabeleceu maior diálogo com o ramo da literatura, da história ou da expressão escrita com fins profissionais.

No período de existência da ABE, puderam-se coletar documentos escritos em prosa e em verso de aproximadamente 160 nomes, entre autores identificados, pseudônimos e anônimos. Esta academia, indiretamente criou, para o Brasil, propósitos próprios, quais sejam, abrir um espaço para abrigar os letrados capazes de constituir uma “elite” de expressão das belas letras, impedidos de realizar um projeto de “universidade”, contentando-se em discutir e expressar

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

seus conhecimentos, com o *status* de saber institucionalizado. A ABR, por seu turno, registrou as mudanças de ideologia, que se operaram no espaço letrado lusitano. Para os acadêmicos, havia duas questões em jogo, a tentativa de fazer renascer das cinzas os trabalhos da primeira agremiação e a glória de poder figurar entre os letrados que, em 1759, constituíam a elite do pensamento no Brasil-Colônia.

O mapa responsável por indicar a desenvolvimento do acadêmico nos permite afirmar que a formação superior era a principal responsável pela determinação do ingresso desse homem na academia. Para os letrados, o caminho da expressão de seus conhecimentos estava vazado na forma de erudição. Entretanto, como a instituição da universidade era impedida nas colônias portuguesas, o letrado do Brasil teria que se alinhar ao perfil de homem que viveu algum tempo em Portugal para estudar, comungando com a ideologia de sua formação, ou recebeu educação (*sub* ou *in*)formal, mesmo em território brasileiro, caso em que a sua erudição se assentava na tutela de algum preceptor ou de alguma ordem religiosa de atuação local, subsidiada, evidentemente, pela Coroa. Em síntese, estão postos os números que indicam a formação desses letrados:

	Direito	Teologia	Filosofia	Artes	Medicina	Cânones	Instituta	Escolástica	Letras
Coimbra	15	15	2	1	5	98	6	-	-
Évora	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Porto	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio Jesuítas	-	2	3	1	-	-	-	2	2
Congregação Oratório (PE)	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Espanha	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Sem indicação sobre formação superior 155									
Indicação da formação superior, sem local 12									

Outro elemento possível para a determinação desse ingresso do acadêmico na Academia seria, assim, a profissão do letrado, mostrando que sua participação na academia significava, no contexto do Brasil Colonial, ascensão ou aproximação da Corte. Assim, o ofício de cada acadêmico, na ABE, estava atrelado à ação do clero, que constituía critério de maior importância para o ingresso, com larga

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

vantagem sobre outras áreas. Já no caso da ABR, a Lista de Emprego dos Acadêmicos, era documento criterioso no apontamento da variada origem deles e da ocupação de cada um. O quadro seguinte revela que os critérios de participação do acadêmico podem ser compreendidos por intermédio da relação entre o seu ofício e a projeção social da participação na Academia. Observemos:

<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>ABE</b>	<b>ABR</b>
Sem especificação	74	6
Integrantes do Clero	36	61
Mestres	15	34
Administradores	14	25
Funcionários do Judiciário	8	22
Nobres	6	21
Militares	13	17
Cavaleiros da Ordem de Cristo	5	14
Cronistas	2	3
Homens de negócios	0	3
Bibliotecários	1	2
Escrivães	3	2
Engenheiros	0	2
Físicos	0	2
Poeta	0	1
Impressor	0	1
TOTAL	142	120

Pelo que antecede, podemos dizer que as Academias deram preferência, em primeiro lugar, ao clero e aos funcionários da Administração e do Judiciário. A razão para esta preferência é clara, pois no caso do clero, estava subjacente, na formação universitária, a fundamentação da religião cristã, tal como acontecia na Universidade de Coimbra, de Évora e do Porto e se estendia, de maneira própria, para os colégios e para as Ordens Religiosas no Brasil. Estes mesmos homens, formados em base religiosa, muitas vezes eram chamados a ocupar postos na administração e, quando indicados pela Coroa, também exerciam funções no Judiciário local.

Era notória a presença de um Impressor, na luta por uma autonomia na atividade de publicação dos escritos. Além dessa profissão, registrava-se a presença de um poeta, Cláudio Manuel de Costa, para o qual se fez o convite em virtude da sua condição social, além de sua função de Secretário do Governo das Minas Gerais. Os Bibli-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

otecários figuravam no rol de acadêmicos, um na ABE e dois na ABR e representavam, no caso desta segunda, os responsáveis pela guarda da documentação para a publicação. Quanto aos engenheiros, escrivães / oficiais, físicos / médicos, homens de negócios, cavaleiros da Ordem de Cristo, militares e nobres, constituíam o bloco que, em ambas as Academias Brasílicas, foi ocupado por membros da comunidade, que possuíam *status* e formação de letrados.

Todos eles, a convite, vieram a participar da vida acadêmica, considerando-se, ainda, que na ABE a variação de ofícios foi bem menor do que na ABR, em virtude de seu caráter mais laudatório e de sua proposta modesta, para compor uma história apenas em quatro modalidades. Ademais, a maior variedade de ofícios da ABR comprova a necessidade de certa universalidade para os trabalhos, prenúncio do mergulho do pensamento ibérico no pensamento iluminista. Os cronistas, por fim, deveriam representar um número elevado nas academias, mas são substituídos pela visão empírica, que toma o lugar do conhecimento enciclopédico, que vigorou, com bastante força, na primeira academia, mas que acabou ditando a variação do perfil do letrado no início das manifestações iluminadas, em Portugal.

#### **4. Linguagem**

Tratamos, nesse momento, da linguagem utilizada no interior das academias e que fora marcada pela erudição e pela habilidade formal de seus usuários, além de adequar-se ao estilo da época. Trata-se, por conseguinte, de observar, primeiramente, o movimento academicista no Brasil, para, em seguida, dizer que os *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos* revelam uma exigência disciplinar prestabelecida, normativa e pedagógica imposta aos acadêmicos e uma forma rígida de impulsioná-los à realização de produções escritas individuais e em grupos.

Segundo Kantor (2004), o programa historiográfico definido pelos membros da ABR se orientava para a composição de memórias históricas, ou seja, dissertações críticas, escritas em língua portuguesa, por um lado. De outro, o latim foi a língua escolhida para a escrita da História Universal da América Portuguesa, que seria produzida

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

somente pelos acadêmicos da elite, portanto, os mais eloquentes e eruditos. A utilização da língua latina se deve à formação clássico-humanista divulgada, principalmente, pelos jesuítas em seus seminários e colégios.

Neste período, privilegiou-se a retórica e suas marcas podem ser visitadas nas obras dos acadêmicos, pois sendo referencial de escrita, constituía a espinha dorsal de todos os textos. O esquema retórico mais utilizado e que norteava a produção escrita dos membros das Academias Brasileiras era comum, no caso da temática laudatória, motivada pela necessidade de louvar a autoridade. Os textos de louvor vão além da necessidade de compor um espaço de integração entre o acadêmico e o homenageado. Trata-se, na verdade, de um recurso retórico do gênero epidítico, que prevê a adequação do erudito em relação ao contexto acadêmico e ao esquema retórico, e que a ABR determinava em seus *Estatutos*.

Por fim vale ressaltar que se exigiu dos acadêmicos uma escrita institucionalizada e, para tanto, propuseram-se algumas técnicas de produção admitidas consensualmente por todos e prescritas nos *Estatutos*. De qualquer forma, é importante mencionar que nenhum sócio poderia em seus escritos afirmar opinião em matérias controvertidas antes que o congresso elegeisse os que apresentariam as dissertações nessas matérias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ESTATUTOS da Academia Brasileira dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a América Portuguesa da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, [18..].

KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2004.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: Édition d'Art Gaudio, 1923.

LIMA, Y. D. *A Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980, 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.